



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 2019 0072



Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, a empresa **TSDA COMUNICAÇÕES LTDA**, para a prestação de serviços de telemetria, monitoramento e controle para a Rede de Transmissão da TV Senado e da Rádio Senado nas localidades de: Aracaju/SE, Belém/PA, Boa Vista/RR, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Gama/DF, João Pessoa/PB, Juazeiro do Norte/CE, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA, Teresina/PI, o que compreende a implementação de solução e o fornecimento de equipamentos em regime de comodato e treinamento, durante 12 (doze) meses consecutivos.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **TSDA COMUNICAÇÕES LTDA**, com sede na Rua Frederico Adami, 444ª, Santa Rita do Sapucaí/MG, CEP: 37.540-000, telefone nº (35) 3473-7109, CNPJ-MF nº 08.085.968/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ULISSES BARRETO, CI. 30.608.924-5, expedida pela SSP/SP, CPF nº 267.918.318-55, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 86/2019**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº 00100.144121/2019-52 do Processo nº 00200.006448/2019-07, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.142218/2019-21 a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de telemetria, monitoramento e controle para a Rede de Transmissão da TV Senado e da Rádio Senado nas localidades de: Aracaju/SE, Belém/PA, Boa Vista/RR, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Gama/DF, João Pessoa/PB, Juazeiro do Norte/CE, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA, Teresina/PI, o que compreende a



SENADO FEDERAL

implementação de solução e o fornecimento de equipamentos em regime de comodato e treinamento, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos que são parte integrantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II -** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV -** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V -** manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI -** prestar serviço de Telemetria, Monitoramento, Controle e Treinamento da Rede de Transmissão de TV e Rádio do SENADO;
- VII -** fornecer, por regime de comodato, os equipamentos necessários para realizar a prestação de serviços, conforme especificações constantes dos Anexos 2 e 3 do edital;
- VIII -** apresentar, em até 5 (cinco) dias corridos, após a assinatura do contrato, por escrito, ao órgão gestor da contratação: os dados de seus prepostos (nome, telefone, etc.); e o responsável técnico pela execução dos serviços;
- IX -** fornecer todo o ferramental, material e equipamentos necessários à prestação de serviços, cabendo ao SENADO ou aos parceiros locais tão somente a guarda direta desses, sem qualquer ônus adicional além dos previstos neste contrato, no edital e seus anexos;
- X -** proceder ao fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos integrantes do sistema que se caracteriza como instrumento necessário para a prestação de serviços sob a orientação e acompanhamento de profissionais indicados pelo órgão técnico do SENADO;



SENADO FEDERAL

XI – seguir critérios técnicos aprovados pelo órgão técnico do SENADO quando da instalação de equipamentos a que se refere o item X acima, não podendo interferir na operação e manutenção da Rede de Transmissão da TV e Rádio do SENADO;

XII – retirar, até 10 (dez) dias após o término de vigência deste contrato, os equipamentos de sua responsabilidade das dependências do SENADO ou dos abrigos, mediante Guia de Autorização de Saída, emitida pelo órgão gestor da contratação, e o respectivo Termo de Recebimento e Aceitação dos equipamentos, elaborado pela CONTRATADA;

XIII – entregar ao órgão gestor da contratação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a finalização de cada Ordem de Serviço, a relação completa dos equipamentos fornecidos em regime de comodato, com marca, modelo e número de série, para efeito de guarda pelo SENADO ou pelo parceiro local.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO - São obrigações do SENADO, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I – prover os sinais de vídeo, áudio e dados dos transmissores da TV Senado e os sinais de áudio e dados dos transmissores da Rádio Senado, que serão disponibilizados nos locais (Anexo 2 do edital) onde serão instalados o Sistema de Telemetria;

II – fornecer infraestrutura (energia elétrica, sistema de aterramento, proteção contra descarga atmosférica, ar-condicionado, espaço físico para acomodação) para os equipamentos instalados pela CONTRATADA;

III – receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para execução dos serviços, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades;



SENADO FEDERAL

IV – autorizar a CONTRATADA a retirar equipamentos, que estejam instalados no SENADO ou nas localidades indicadas na Cláusula Terceira deste contrato, que necessitem em ambientes externos;

V – comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução dos serviços;

VI – acompanhar o processo de instalação dos equipamentos, de maneira a dirimir dúvidas sobre eventuais discrepância entre o sistema a ser instalado e as exigências contratuais, através do gestor ou de um representante da área técnica;

VII – providenciar, para cada cidade onde serão executados os serviços, as autorizações de acesso aos locais onde estão instalados os equipamentos (sites) para os funcionários da CONTRATADA;

a) As autorizações serão disponibilizadas concomitantemente à emissão das Ordens de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo os serviços de telemetria, monitoramento e controle para a Rede de Transmissão da TV Senado e da Rádio Senado incluindo a implementação de solução e o fornecimento de equipamentos em regime de comodato, de acordo com o cronograma físico-financeiro previsto no Parágrafo Quarto desta cláusula e conforme localidades indicadas na tabela abaixo:

Núm.	Localidade	Endereço
1	Aracaju/SE	Rua Maria Isabela de Oliveira, Bairro: Santo Antônio – Aracaju – SE – CEP: 49060-410
2	Belém/PA	Avenida Almirante Barroso, 735, Marco, CEP 66.093-020, Belém/PA
3	Boa Vista/RR	Rua Professor Agnelo Bitencourt, 95, Centro, CEP 69.301-430, Boa Vista/RR
4	Brasília/DF: Colorado	Centro de Transmissão do Colorado, DF 001, km 1, Parque Rodoviário DER, próximo ao Posto Colorado, CEP 71.551-705, Brasília/DF
5	Brasília/DF: Torre de TV	Torre de TV Brasília, Subsolo, Box 12 - Rádio Senado, Setor Central, CEP 70.070-300, Brasília/DF



SENADO FEDERAL

6	Campo Grande/MS	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Palácio Guaicurus, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, Parque dos Poderes – Bloco 9, Jd. Veraneio – Campo Grande – MS – CEP: 79031-901
7	Cuiabá/MT	Torre da TV Universitária, Avenida Fernando Corrêa, S/N, Coxipó, CEP 79.002-820, Cuiabá/MT
8	Curitiba/PR	Praça Nossa Senhora da Salette, s/n – CEP: 80530-911
9	Fortaleza/CE	Funtelc-TV Ceará, Rua Osvaldo Cruz, 1.985, Bairro Meireles, CEP 60.125-15, Fortaleza/CE
10	Gama/DF	Setor Leste, Lote 01/02, DF 480, CEP 70.297-400, Gama/DF
11	João Pessoa/PB	Avenida João Machado, 70, Centro, CEP 58.013-250, João Pessoa/PB
12	Juazeiro do Norte/CE	Morro do Horto, Torre da Prefeitura
13	Macapá/AP	Avenida Ana Nery, 400, Bairro Laguinho (Torre da Rede Vida), CEP 68.908-153, Macapá/AP
14	Maceió/AL	Centro, Maceió/AL
15	Manaus/AM	FUNTEC – TV e Rádio Cultura, Avenida Barcelos, S/N, Praça 14, CEP 69.025-200, Manaus/AM
16	Natal/RN	UFRN – Torre TV Universitária, Rua da Torre, S/N, Tirol, CEP 59.015-380, Natal/RN
17	Porto Velho/RO	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Av. Farquar, nº 2562, Bairro Olaria, Porto Velho – RO – CEP:76801-189
18	Rio Branco/AC	TV Aldeia, Rua Rui Barbosa, 271, Centro, CEP 69.900-120, Rio Branco/AC
19	Rio de Janeiro/RJ	Morro do Mendanha

5

Handwritten signature and initials



SENADO FEDERAL

		Morro do Sumaré
20	São Luís/MA	Rua Armando Vieira, 126, Bairro de Fátima, CEP 65.030-130, São Luís/MA
21	Teresina/PI	TV Assembléia (ALEPI) - Rua Antônio Carvour de Miranda, Mirante do Monte Castelo, CEP 64017-310, Teresina/PI

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O sistema deverá ser entregue, instalado com a conclusão do treinamento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será emitida Ordem de Serviço (OS) para cada uma das localidades apresentadas no *caput* desta cláusula e para o treinamento de acordo com os prazos definidos no cronograma físico-financeiro apresentado no Parágrafo Quarto desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A emissão das OS-1 e OS-2 ocorrerão no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – As demais Ordens de Serviço serão emitidas após a conclusão das OS-1 e OS-2, sendo o pagamento efetuado de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado na tabela abaixo:

Fase	Ação	Prazo (em até _ dias corridos)	Prazo contado a partir de	% Pagamento
1 Instalação do CTMCR	Emissão da OS-1*	D***	—	—
	Emissão da OS-2**	D***	—	—
	Recebimento da Fase 1	D+30	—	Início do pagamento <u>mensal</u> referente às localidades previstas nas OS-1 e OS-2.
2 Instalação das URs	Emissão da OS-3 até a OS-22	15	Recebimento da Fase 1	
	Recebimento da cada uma das OSs emitidas	45	Emissão da OS para instalação da UR	Início do pagamento <u>mensal</u> referente à <u>localidade de</u> cada OS

R. G.



SENADO FEDERAL

				executada.
3 Treinamento	Emissão da OS referente ao Treinamento	30	Recebimento da Fase 1	
	Recebimento da Fase 3	30	Emissão da OS	Pagamento relativo ao valor do Treinamento

*OS-1: Referente à instalação do CTMCR na sala da CORTV em Brasília.

**OS-2: Referente à instalação no Centro de Transmissão do Colorado (item 4, tabela constante do *caput* desta cláusula)

***D: Data de assinatura do contrato mais o prazo de até 5 dias corridos (Parágrafo Terceiro desta cláusula)

PARÁGRAFO QUINTO – As Ordens de Serviço deverão ser recebidas pela CONTRATADA diretamente do gestor do contrato e conterão as informações apresentadas no Anexo 5 do edital.

PARÁGRAFO SEXTO – A prestação dos serviços deverá ser executada conforme o disposto nos Anexos 2 e 3 do edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A prestação do serviço deverá ser efetivada na sala CORTV, ponto de convergência do instrumento (sistema) necessário à prestação de serviços, conforme disposto nos Anexos 2 e 3 do edital, sendo tal prestação, contudo, dependente de componentes remotos distribuídos por localidades diversas, da coleta e transmissão de dados por parte desses componentes por meio de unidades remotas, para que alcance sua efetividade e eficácia.

PARÁGRAFO OITAVO – A prestação de serviço deverá se dar da seguinte forma:

I - a partir das Unidades Remotas (URs) implementadas nas Estações Radiodifusoras da rede de transmissão da TV Senado e da Rádio Senado em funcionamento – de 16 (dezesesseis), com equipamentos técnicos atualmente instalados e em funcionamento, a até 22 (vinte e duas), conforme previsto na Tabela A1.2 constante do Item 1 do Anexo 2 do edital;

II - em sentido convergente para o **Centro de Telemetria, Monitoramento e Controle da Rede de Transmissão (CTMCR)**, em Brasília, DF, na sede do Senado Federal, na sala da Coordenação de Transmissão de TV e Rádio (CORTV), localizada no Anexo 2, Subsolo, CEP: 70.165-900.

PARÁGRAFO NONO – As visitas técnicas às estações retransmissoras/URs deverão obedecer aos procedimentos de autorização constantes do Anexo 3 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico e responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos componentes do sistema que se caracteriza como instrumento necessário para a prestação de serviços objeto deste contrato durante toda a vigência contratual, sem que isso implique custos adicionais para o SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá disponibilizar ao SENADO Central de Atendimento com a finalidade de dar tratamento aos Chamados de Suporte Técnico formalizados pelo órgão técnico do SENADO.

I - O órgão técnico do SENADO deverá ter acesso aos dados de contato atualizados da Central de Atendimento da CONTRATADA, como:

- a) endereço de mensagem eletrônica (*e-mail*);
- b) endereço eletrônico *Web* (URL);
- c) endereço físico;
- d) números de telefone (fixo e celular);
- e) contatos em mídias sociais (WhatsApp, Facebook, etc.).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá registrar cada Chamado de Suporte Técnico iniciado pelo SENADO em documento próprio, Ordem de Serviço (OS) a ser disponibilizada ao SENADO, a qualquer tempo, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações: a) número do chamado de suporte técnico; b) nome do responsável pela abertura do chamado; c) data e hora da abertura do chamado; d) descrição da ocorrência reportada pelo órgão técnico do SENADO; e) data e hora da conclusão do suporte técnico; f) procedimento adotado para sanar o problema; e g) data e hora da conclusão do chamado, conforme modelo apresentado no Anexo 5 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar ao SENADO Relatório Mensal de Prestação de Serviços, documento técnico que deverá ser analisado e atestado, pelo órgão fiscalizador, o qual relatório deverá conter, no mínimo, as informações constantes do modelo do Anexo 6 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA deverá suspender, mediante solicitação do órgão gestor da contratação, a prestação de serviço de telemetria, monitoramento e controle para a localidade caso a Rede de Transmissão de TV e Rádio do SENADO deixe de operar, seja por problemas técnicos ou por desligamento de canal.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA deverá observar os níveis de suporte técnico a serem prestados, nos termos constantes da Cláusula Quinta deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Mensalmente, efetivada a prestação dos serviços, será emitido termo circunstanciado de aceite mensal, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, até o 5º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, após verificação da sua conformidade.



SENADO FEDERAL

I - Os termos de recebimento mensais de serviço de Telemetria deverão ser acompanhados das informações referentes ao nível do serviço prestado.

CLÁUSULA QUARTA – DO TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá realizar treinamento de, no mínimo, 20 (vinte) horas para até 20 (vinte) usuários do SENADO, com enfoque nos aspectos de arquitetura do sistema, sua constituição e implementação (no que couber), configuração, operação, cadastramento de perfis, personalização (customização), emissão de relatórios e manutenção e tudo mais que for necessário para a operação do **STMC** de modo a atender a prestação de serviços objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O treinamento deverá ser realizado nas dependências da CORTV, localizada na sede do SENADO, Anexo 2, Subsolo, CEP 70165-900, Brasília/DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá entregar para todos os participantes do treinamento, os materiais didáticos impressos com o conteúdo a ser aplicado, em português.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O treinamento deverá abordar, no mínimo, os seguintes tópicos:

I – Conceitos de Telemetria e do Sistema a ser implementado;

II – Características das Unidades Remotas (**URs**), do Sistema de Telemetria, Monitoramento e Controle (**STMC**) e do Centro de Telemetria, Monitoramento e Controle da Rede (**CTMCR**), bem como dos Componentes Físicos (*hardware*: servidores, terminais, etc.) e dos Componentes Lógicos (*software*: banco de dados, aplicações, etc.) envolvidos;

III – Operação, configuração e personalização do **STMC**;

IV – Resolução de problemas (“troubleshooting”);

V – Apresentação dos diversos tipos de relatórios gerados pelo **STMC**;

VI - Apresentação do procedimento de Abertura de Chamados de Suporte Técnico e de criação de Ordens de Serviço.

PARÁGRAFO QUARTO – Na conclusão do treinamento, a CONTRATADA deverá submeter os participantes a **AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO**, conforme Modelo de Avaliação de Treinamento constante do Anexo 4 do edital, e repassar os resultados das avaliações realizadas aos órgãos fiscalizador e ao gestor da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO – A Pontuação Total a ser atribuída a cada participante do treinamento será o somatório das notas dos itens de 1 a 10 da Folha de Avaliação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO - A Nota Percentual atribuída a cada participante do treinamento será a média do somatório do total de pontos de cada participante, multiplicada pelo fator 2, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Nota Percentual do treinamento (\%)} = \sum_{i=1}^n \frac{\text{Total de pontos do participante (i)}}{n}$$

Onde: n = número de participantes do treinamento ($n \leq 20$).

Fórmula A1.1 – Nota Percentual para cada participante do treinamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO, conforme fórmula estabelecida no Parágrafo Sexto desta cláusula, deverá alcançar Nota Percentual mínima de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento.

I - Caso a Nota Percentual obtida seja inferior a 50% (cinquenta por cento), a CONTRATADA ficará obrigada a prestar novo treinamento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, com a consequente correção das deficiências apresentadas no aprendizado do avaliado e constatadas por meio de avaliação.

II – A Folha de Avaliação de Treinamento e a Folha de Presença no Treinamento deverão ser entregues aos órgãos fiscalizador e gestor da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO – Efetivada a realização do treinamento e a entrega das Folhas de Avaliação e de Presença, o serviço será recebido:

I. provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

II. definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (dias) dias corridos, contados da data de conclusão do treinamento, mediante termo circunstanciado, após aprovação na avaliação que se refere o Parágrafo Sétimo.

CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos no edital, seus anexos e neste contrato, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a penalidades pelo descumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá garantir o nível de serviço com disponibilidade mínima de 92% (noventa e dois por cento) de horas durante o mês para cada localidade/Estação Retransmissora objeto da prestação de serviços, desconsideradas causas



SENADO FEDERAL

externas, como intempéries, problemas de infraestrutura ou outras, desde que devidamente justificadas junto ao órgão gestor da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para fins de apuração do nível de serviço prestado, os chamados de suporte técnico classificarão as ocorrências em um dos seguintes níveis de prioridade:

PRIORIDADE	ATENDIMENTO/SOLUÇÃO	PRAZO MÁXIMO	OBSERVAÇÕES
0	Início do atendimento	2 horas	São casos de ocorrências que causam a interrupção do funcionamento do Sistema (ex: falta de comunicação entre a UR e o CTMCR, câmera desligada, etc.), impedindo a prestação do serviço ou interferindo na qualidade deste.
	Solução da ocorrência	4 horas	
1	Início do atendimento	2 horas	São ocorrências que alteram os parâmetros do Sistema, instabilidade no funcionamento (ex: indicação imprecisa de medida, intermitência na comunicação entre a UR e o CTMCR, etc.). Rotinas operacionais são necessárias para solução.
	Solução da ocorrência	12 horas	
2	Início do atendimento	2 horas	São ocorrências com pouca interferência na



SENADO FEDERAL

	Solução da ocorrência	72 horas	qualidade do serviço prestado (ex: alteração no valor máximo da potência quando da alteração de classe do transmissor, reposicionamento de câmera, etc.). Rotinas operacionais simples são capazes de solucionar-las.
--	-----------------------	----------	---

PARÁGRAFO TERCEIRO – O SENADO acionará a CONTRATADA por e-mail, informando a classificação, tipo e a localização da ocorrência.

I - A partir da hora registrada do envio do e-mail será iniciada a contagem dos prazos definidos na tabela acima.

II - O prazo máximo para a solução do incidente será contabilizado a partir do início do atendimento.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA poderá encaminhar ao gestor do contrato justificativa por escrito, tecnicamente embasada, pelo atraso na execução dos serviços de manutenção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o início do atendimento.

I - Caso a justificativa de atraso apresentada pela CONTRATADA seja rejeitada serão aplicados os Indicadores de Nível de Serviço previstos no Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A classificação das ocorrências será determinada de acordo com análise da Equipe Técnica do SENADO, levando em consideração fatores tais como natureza, prejuízo e reincidência da ocorrência.

I - Caso a CONTRATADA deixe de sanar a mesma ocorrência por mais de dois meses consecutivos, o nível de severidade da ocorrência poderá ser considerado maior para os meses seguintes.

PARÁGRAFO SEXTO – À CONTRATADA serão aplicadas glosas cumulativas para a ocorrência de cada irregularidade, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
1	Inobservância do tempo máximo para solução de chamadas de <i>Prioridade 0</i> .	Grave	Por hora. (*)



SENADO FEDERAL

2	Inobservância do tempo máximo para solução de chamadas de <i>Prioridade 1</i> .	Média	Por hora. (*)
3	Inobservância do tempo máximo para solução de chamadas de <i>Prioridade 2</i> .	Leve	Por hora. (*)
4	Inobservância da disponibilidade de 92% dos serviços prestados durante o mês, conforme consta do Parágrafo Primeiro desta cláusula.	Média	Para cada 1% de indisponibilidade medida no mês.

(*) Para cada fracionamento de hora será considerado o valor inteiro da hora acima

PARÁGRAFO SÉTIMO – As glosas serão aplicadas de acordo com o estabelecido na tabela abaixo:

Ocorrência	Glosa
Grave	Glosa de 1%, por incidência, sobre o valor mensal do local do serviço.
Média	Glosa de 0,5%, por incidência, sobre o valor mensal do local do serviço.
Leve	Glosa de 0,1%, por incidência, sobre o valor mensal do local do serviço.

PARÁGRAFO OITAVO - As glosas serão aplicadas até o limite de 10% do valor mensal do contrato, para valores superiores poderão ser adotadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO NONO – O fiscal do contrato analisará mensalmente a prestação do serviço contratado, verificando e confrontando o relatório mensal de prestação de serviço elaborado e entregue pela CONTRATADA com os seus próprios registros e anotações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.142218/2019-21, não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unid.	Quant.	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Aracaju/SE	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00



SENADO FEDERAL

2	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Belém/PA	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Boa Vista/RR	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
4	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Brasília/DF: Centro de Transmissão do Colorado	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
5	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Brasília/DF: Torre de TV	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
6	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Campo Grande/MS	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
7	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Cuiabá/MT	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
8	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Curitiba/PR	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
9	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Fortaleza/CE	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
10	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Gama/DF	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
11	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de João Pessoa/PB	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00



SENADO FEDERAL

12	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Juazeiro do Norte/CE	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
13	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Macapá/AP	R\$ 1.580,00	R\$ 18.960,00
14	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Maceió/AL	R\$ 1.580,00	R\$ 18.960,00
15	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de Manaus/AM	R\$ 1.580,00	R\$ 18.960,00
16	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Natal/RN	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
17	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota de Porto Velho/RO	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
18	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Rio Branco/AC	R\$ 1.540,00	R\$ 18.480,00
19	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota do Rio de Janeiro/RJ: Morro do Sumaré	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
20	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV para a Unidade Remota do Rio de Janeiro/RJ: Morro do Mendanha	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
21	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio para a Unidade Remota de São Luís/MA	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00



SENADO FEDERAL

22	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de Rádio para a Unidade Remota de Teresina/PI	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
23	Un.	12	Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio a partir do Centro de Telemetria, Monitoramento e Controle da Rede (CTMCR), em Brasília/DF , na sala da CORTV, na sede do Senado Federal	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
24	Un.	1	Treinamento no âmbito do Sistema de Telemetria, Monitoramento e Controle de equipamentos técnicos de TV e Rádio no Centro de Telemetria, Monitoramento e Controle da Rede (CTMCR), em Brasília/DF , na sala da CORTV, na sede do Senado Federal	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Valor Global (R\$)				R\$ 404.760,00	

Observação: Para os itens de 1 a 23 a “UNIDADE” trata-se de “MÊS” e para o item 24 a “UNIDADE” trata-se de “TURMA”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global estimado do presente instrumento é de **R\$ 404.760,00** (quatrocentos e quatro mil, setecentos e sessenta reais), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, na seguinte forma:

I – Para os Itens 1 a 23:

a) Mensalmente, condicionado ao termo circunstanciado de aceite mensal, conforme previsto no Parágrafo Décimo Sexto da Cláusula Terceira.

II – Para o Item 24:

a) Integralmente, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Oitavo da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos serão condicionados, ainda, à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.



SENADO FEDERAL

I - A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Décima não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor de que trata o Parágrafo Segundo, Item I, “a”, poderá sofrer ajustes decorrentes da aplicação de glosas previstas no Parágrafo Sétimo da Cláusula Quinta que trata do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO QUINTO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO SEXTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

**SENADO FEDERAL**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O arredondamento de valores e preços da presente contratação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

I - Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

II - Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra 'I' for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01131055125495664 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2019NE001841 e 2019NE001842.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 20.238,00** (vinte mil, duzentos e trinta e oito reais), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



SENADO FEDERAL

autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-Garantia; ou

III - Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da via assinada do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia deverá assegurar o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II - multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III - prejuízos diretos causados ao SENADO e a terceiros decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia apresentada será avaliada pelo SENADO, não se admitindo qualquer restrição ou condicionante à sua plena execução, sobretudo se apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III do caput desta cláusula, garantia que será rejeitada se houver exclusão ou omissão de quaisquer das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, nos termos do parágrafo anterior, ainda que emitidas segundo a normatização dos órgãos reguladores, não afastando o dever de a Administração avaliá-la segundo o regime jurídico a que se submete o contrato administrativo.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II - O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I - As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;



SENADO FEDERAL

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I - apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, sujeitará a CONTRATADA à



SENADO FEDERAL

multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Findo os prazos limite previstos nos Parágrafos Quinto e Sexto, sem adimplemento da obrigação, ou ultrapassado o limite previsto no Parágrafo Oitavo da Cláusula Quinta, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto, Quinto e Sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO – As multas previstas nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos parágrafos segundo e quarto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Terceira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

II – a não reincidência da infração;



SENADO FEDERAL

III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e

V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente-

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Terceiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

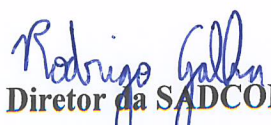
Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

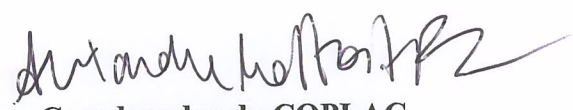
Brasília-DF, 21 de outubro de 2019.


ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL


ULISSES BARRETO
TSDA COMUNICAÇÕES LTDA.

Testemunhas:


Diretor da SADCON


Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2019\MINUTAS\CONTRATO\TSDA COMUNICAÇÕES - CT NOVO 006448 2019 (A).doc